



MUNICÍPIO DE CUBA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata Nº11

28-09-2023

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Cuba, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal de Cuba, com a seguinte ordem de trabalhos.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

1- INFORMAÇÕES; -----

2-- RATIFICAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. -----

3 - ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO. -----

ORDEM DO DIA: -----

1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade municipal, feita nos termos da alínea c) do nº.2 do artigo 25.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no período de 01/06/2023 a 31/08/2023. Para conhecimento. -----

2 - Apreciação e votação da Revisão n.º 4 ao Orçamento de 2023 e n.º 3 às GOP'S 2023; Para deliberação. -----

3 - Apreciação e votação das taxas de IMI (Imposto Municipal de Imóveis), a estipular em setembro de 2023 para vigorarem no ano económico de 2024; Para deliberação. -----

4 - Apreciação e votação da taxa de Derrama sobre o lucro tributável e não isento de IRC, a estipular em setembro de 2023 para vigorar no ano económico de 2024; Para deliberação. -----

5 - **Apreciação e votação da participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial correspondente ao concelho de Cuba, a estipular em setembro de 2023 para vigorar no ano económico de 2024; Para deliberação.** -----

6 - **Apreciação e votação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, a estipular em setembro de 2023 para vigorar no ano económico de 2024; Para deliberação.** -----

7 - **AMCAL - Projeto de Construção da Central de Valorização Orgânica para Tratamento de Bioresíduos Recolhidos Seletivamente - Contratação de Empréstimo Bancário no valor de 2.335.073,68€ para fazer face à despesa/percentagem não elegível aos fundos comunitários - Comparticipação do Município de Cuba enquanto Entidade Associada - Autorização prévia da Assembleia Municipal – Art.º 51.º n.º 2 da Lei das Finanças Locais; Para deliberação.** -----

8 - **ANMP – XXVI Congresso a realizar a 30 de setembro, no Seixal – Eleição do Presidente de Junta do Concelho que terá direito a participar nos trabalhos na qualidade de delegado, nos moldes previstos na alínea a) do n.º 2 do art.º 6.º do Estatutos da ANMP; Para deliberação.** -----

9 - **Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023 – Criação de um lugar na carreira de Técnico Superior de Gestão – Relação Jurídica de Emprego Público por tempo Indeterminado; Para deliberação.** -----

10 - **PRR - Projeto RADAR SOCIAL (durabilidade máxima - 27 meses) - Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023 – Criação de três lugares mediante Relação Jurídica de Emprego Público a Termo Resolutivo. Para deliberação.** -----

. 1 (um) lugar de Técnico Superior de Economia/Gestão);-----

. 1 (um) lugar de Técnico Superior de Serviço Social);-----

. 1 (um) lugar de Assistente Técnico. -----

11 - **Carta Educativa Municipal – 2023/2033 – Versão Final; Para deliberação.** -----

O Presidente da Mesa saudou todos os presentes, declarou aberta a sessão informou que a mesma se iniciava com a Tomada de Posse da nova deputada Júlia Maria Mourata Costa Baltazar, após renúncia ao mandato apresentada a 22/09/2023 pela membro Cármen Dolores Gonçalves Santana. Pediu para que fosse feita a chamada. -----

1
#

Estiveram presentes nesta sessão os seguintes membros: -----

João Duarte Oliveira Brito Palma; -----

Carlos José Maltez Almeida; -----

Helena Sofia Pereira Ferreira Lança; -----

Teresa José Leão Isidro Galó; -----

José Francisco Ribeiro Roque; -----

Francisco Manuel Carapuça Fitas; -----

Dulce de Fátima Remechido Carvalho Vasco; -----

Luís Carlos Cardoso Varela; -----

Luís António Botecas Varela; -----

Pedro Miguel Galinha Machado; -----

Júlia Maria Mourata Costa Baltazar; -----

Fernando Manuel Corexo Candeias ; -----

José Alberto Lança Pacheco -----

José António Cardeira Machado; -----

António Francisco Fragoso Ramos; -----

Diogo José da Silva Machado; -----

Na ausência do membro Francisco Galinha, tomou o lugar na mesa de Assembleia o deputado Luís Carlos Varela. -----

Faltaram a esta sessão os seguintes deputados : -----

Francisco Eduardo Beijudo Galinha; -----

André Chaveiro Vargas; -----

Bruno Filipe Pacheco Arvanas; -----

Estiveram também presentes nesta sessão, o Presidente João Português, o Vice-Presidente Filipe Chora, a Vereadora Sandra Serrano, os Vereadores Hugo Soudo e Jorge Caixeiro e o Chefe de Divisão Dr. Vítor Fialho. -----

Antes da Ordem do Dia : -----

1 – INFORMAÇÕES ; -----

Presidente Assembleia – deu conhecimento da correspondência recebida. Enumerou os eventos onde a Assembleia esteve representada. -----

2 – RATIFICAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. -----

A ata da sessão anterior foi aprovada por unanimidade.-----

Não se registaram intervenções. -----

3– ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO ; -----

Presidente Assembleia – voto de saudação. -----

“Inauguração da Praia Fluvial de Albergaria dos Fusos.

No passado dia 11 de agosto o concelho de Cuba viu um sonho tornar-se realidade com a inauguração da Praia Fluvial de Albergaria dos Fusos que marca a conclusão da primeira fase de construção do Ecoparque. Este novo polo de atração para o concelho e para a região irá contar com diversas valências assentes numa lógica de respeito para com o meio ambiente e de valorização do património natural. Além da Praia Fluvial, o Ecoparque conta ainda, com um Centro Náutico para apoio à prática de desportos aquáticos, uma torre para observação de aves, um bar de apoio a toda a infraestrutura e uma piscina flutuante. Para a segunda fase está prevista a conclusão de uma área de serviço de autocaravanas e de uma estação de cycling, estando ainda a ser preparada uma terceira fase para a expansão do projeto com a inclusão de um passadiço flutuante que irá ligar a Piscina a uma pequena ilha situada em frente ao areal da Praia . O parque ecológico permitirá aliar uma componente turística e de valorização e interpretação do património natural através da observação da fauna e flora autóctone em meio natural e dos recursos endógenos que dele se extraem, a uma componente pedagógica de lazer e desportiva através da fruição dos recursos naturais proporcionados pela albufeira e a zona envolvente sem que estes sejam colocados em causa. Com este equipamento, o concelho de Cuba reunirá as condições para entrar nas rotas dos veraneantes que procuram espaços de recreio e época balnear em ambiente natural e de todos os que se interessam pelo turismo de natureza. Os eleitos da CDU na Assembleia de Cuba deixam uma palavra de apreço e agradecimento a todos aqueles que contribuíram para a concretização deste projeto, em particular ao Executivo da Câmara Municipal de Cuba e a todos os trabalhadores do Município, um Bem Hajam.”

Deputada Dulce Vasco – leitura de moção. -----

“ Exigir do governo medidas para reduzir o valor das rendas e das prestações ao banco e assegurar o direito à habitação.

Os problemas da habitação assumem uma dimensão a exigir medidas que travem a dinâmica especulativa a que está submetida e que recentrem no Estado a responsabilidade e os meios de um vasto programa de habitação de promoção pública.

Medidas que precisam de enfrentar os interesses dos fundos imobiliários e a usura do capital financeiro, em particular da Banca, que, para além de especular com os valores das habitações, acumula lucros imensos à sombra do aumento das taxas de juro e das dificuldades de centenas de milhar de famílias.

Medidas que para lá das respostas mais imediatas e inadiáveis garantam uma resposta pública eficaz e indispensável à regulação do sector.

Estas medidas não estão no chamado pacote "mais habitação". Este, tal como anteriores programas do Governo, não assegura nem o forte investimento público nem a regulação de um sector que está hoje capturado pelos grandes interesses que dominam o mercado. Não basta criar ilusões em torno dos milhões do PRR. Não é sério praticar a desresponsabilização do Estado através de acordos de colaboração com os municípios, procurando remeter para estes a solução de um problema que precisa de uma resposta coerente e eficaz em todo o território nacional.

Sem prejuízo do papel que o poder local, e em particular os municípios, são chamados a assumir, a dimensão do problema da Habitação é inseparável da assumpção pelo Estado das responsabilidades que lhe cabem designadamente na promoção de oferta pública por via de um robusto investimento que se mantém ausente ano após ano.

A Assembleia Municipal de Cuba reunida a 28/09/2023 delibera:

- Reclamar a adopção de medidas que permitam enfrentar o aumento insuportável das prestações com aquisição de habitação própria, impondo a redução do valor das prestações, assegurando que os bancos suportam com os seus lucros o aumento das taxas de juro, a par da implementação de uma moratória que isente de pagamento a parcela de capital;

- Exigir do Governo uma intervenção visando a descida do valor das rendas, assegurando desde logo a fixação de um limite ao aumento das rendas de casa (incluindo para os novos contratos que venham a ser celebrados no próximo ano) fixando-o em 0.43% em vez dos cerca de 7% que decorrerão da aplicação automática dos critérios em vigor, bem como, o alargamento da duração mínima e a estabilidade dos contratos;

- Exigir do Governo as acções necessárias à concretização da resposta ao levantamento de carências habitacionais inscritas na Estratégia Local de Habitação do município, mobilizando os recursos financeiros correspondentes;

- Apelar à participação da população nas acções convocadas para o próximo dia 30 em defesa do direito à Habitação." -----

A moção foi aprovada por unanimidade. -----

Deputada Helena Lança – constatou que, após o arranque do ano letivo 2023/2024, os espaços exteriores das escolas do concelho, ainda são motivo de preocupação, nomeadamente na sede de agrupamento, onde o parque infantil necessita de requalificação e manutenção, uma vez que apresenta riscos para as crianças. Além disso,

disse que continua a não existir uma zona coberta de recreio, nem passagem coberta para o pavilhão desportivo. Questionou o executivo sobre o que estaria a ser feito para a resolução destas situações. -----

Vereadora Sandra Serrano – disse “em relação aos parques infantis no recinto escolar continuam a ser uma preocupação nossa, não de agora, já de algum tempo, a verdade é que com a transferência de competências no ano anterior ,durante este tempo o que nós verificámos foi um sub financiamento associado a essas transferências, portanto houve muita transferência de responsabilidades e pouquíssimas verbas associadas, e de facto as escolas estavam a precisar de uma grande manutenção . Nós no pouco tempo que não tem crianças e nos é permitido fazer manutenções maiores ,nós temos aproveitado todos esses períodos para fazer manutenções de grande envergadura, nomeadamente : colocámos o chão da escola em Vila Alva, três salas que estavam totalmente destruídas , colocavam em risco a integridade das crianças, poderiam facilmente cair, e isso aconteceu, temos feito a manutenção e a substituição de inúmeras portas de alumínio na escola sede , temos feito inúmeros arranjos na escola de Faro do Alentejo e Vila Ruiva. Devo-vos dizer que, em relação ao espaço coberto exterior, uma das minhas grandes intervenções foi a construção de uma pergula que existe, provavelmente a deputada Helena desconhece, mas naquele espaço , no espaço que a escola achou que era o adequado, nós construímos uma pergula . Além disso, em relação aos parques infantis já foi feito esse levantamento, temos os orçamentos todos, entretanto houve possibilidade de candidatar-mos esses mesmos parques, e fizemos essa candidatura em conjunto com a Associação de Pais , uma vez que a candidatura só poderia ser feita através de associações de Pais. Eu tive algumas tardes com a presidente da associação de pais a trabalharmos em conjunto neste projeto. Agora de facto , se é algo que temos sempre em primazia é a segurança das crianças,sabemos que passam muito tempo nas escolas,temos feito um reforço imenso no pessoal não docente, existiam e continuam a existir profissionais que estão de baixa, e que nós tentamos através de várias formas fazer contratações, seja contratos emprego inserção, e agora estamos a terminar um contrato de funções públicas , também submetemos três concursos de mobilidade,para colmatar essa falta, que já estão a reforçar as equipas, portanto, muito tem sido feito a nível de manutenção, a nível de pessoal não docente e estamos em estreita colaboração com a direção da Escola que nos vai dando esses feedbacks. Em relação ao parque infantil está em candidatura,porque efetivamente não recebemos dinheiro nenhum, para ter uma ideia, são 50 cêntimos por metro quadrado para fazer a manutenção exterior da escola. -----

Deputado Carlos Almeida – solicitou a retificação de uma ata de reunião de câmara afirmando “ em relação ao documento que estava presente ou não estava presente, sobre a questão das Águas do Alentejo, em que no final o Presidente da Assembleia acabou por que os documentos que tem são aqueles que enviou, assumia isso mesmo, agora vendo a ata de câmara na altura e, tendo em conta que a grande discussão terá sido por causa dos juros , o que nos dava a entender é que os juros eram de quatro mil euros e não da quantia muito mais elevada que acabámos por pagar, e pegando na ata o que diz é o seguinte : “ a câmara por unanimidade deliberou que a câmara aprove ao abrigo do artigo 18 da Lei nº127/2012 de 21 de junho, na sua redação atual, o

3

plano de liquidação de pagamentos em atraso da AGDA, no processo de 60 prestações mensais no valor global de 341,732,19€, aqui peço atenção, aos quais acresce a título de juros o valor de 4179,81€ com início em maio de 2023 e cessação em abril de 2026. Ora isto é uma ata que é pública, é aqui que os munícipes vão ver as decisões, aquilo que é feito e , naturalmente parece-me que não está correta esta deliberação. Solicitava a sua correção.” –

ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Não se registaram intervenções.

ORDEM DO DIA:

1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade municipal, feita nos termos da alínea c) do nº.2 do artigo 25.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no período de **01/06/2023 a 31/08/2023. Para conhecimento.**

Não se registaram intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2 - Apreciação e votação da Revisão n.º 4 ao Orçamento de 2023 e n.º 3 às GOP'S 2023; **Para deliberação.**

Não se registaram intervenções.

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 5 abstenções dos deputados do Partido Socialista.

3 - Apreciação e votação das taxas de IMI (Imposto Municipal de Imóveis), a estipular em setembro de 2023 para vigorarem no ano económico de 2024; **Para deliberação.**

Não se registaram intervenções.

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por unanimidade.

3

4 - Apreciação e votação da taxa de Derrama sobre o lucro tributável e não isento de IRC, a estipular em setembro de 2023 para vigorar no ano económico de 2024; Para deliberação. -----

Deputada Júlia Baltazar – declaração de voto. -----

“No presente contexto, com uma guerra sem fim à vista e onde os efeitos da pandemia COVID 19 ainda se fazem sentir nas famílias e nas empresas , tanto a nível económico como social, entendem os deputados do PS que a Câmara Municipal pode dar um estímulo às empresas do nosso concelho, sujeitas ao pagamento de derrama bem como as que se podem vir a instalar, aplicando uma taxa geral de 1% para as empresa apresentarem um lucro tributável superior a 150 mil euros e a isenção da taxa para sujeitos passivos que tenham criado dois ou mais postos de trabalho e assim fomentar o desenvolvimento económico no concelho de Cuba. A não aceitação da proposta dos vereadores do PS, não nos deixa alternativa, senão o voto contra.”

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 5 votos contra dos deputados do Partido Socialista. -----

5 - Apreciação e votação da participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial correspondente ao concelho de Cuba, a estipular em setembro de 2023 para vigorar no ano económico de 2024; Para deliberação. -----

Deputado Carlos Almeida – declaração de voto. -----

“ A proposta de 4% defendida pelos vereadores do PS parece-nos bastante razoável e possível de aplicar, e ajudava as famílias do nosso concelho neste período difícil para todos com uma guerra absurda que teima em continuar, e parece-nos que neste contexto qualquer ajuda é bem-vinda e diminuir de 5 par 4% era importante para muitas famílias.” -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 5 votos contra dos deputados do Partido Socialista. -----

6 - Apreciação e votação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, a estipular em setembro de 2023 para vigorar no ano económico de 2024; Para deliberação. -----

Não se registaram intervenções. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por unanimidade.-----

7 - **AMCAL - Projeto de Construção da Central de Valorização Orgânica para Tratamento de Bioresíduos Recolhidos Seletivamente - Contratação de Empréstimo Bancário no valor de 2.335.073,68€ para fazer face à despesa/percentagem não elegível aos fundos comunitários - Comparticipação do Município de Cuba enquanto Entidade Associada - Autorização prévia da Assembleia Municipal – Art.º 51.º n.º 2 da Lei das Finanças Locais; Para deliberação.**-----

Não se registaram intervenções.-----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por unanimidade.-----

8 - **ANMP – XXVI Congresso a realizar a 30 de setembro, no Seixal – Eleição do Presidente de Junta do Concelho que terá direito a participar nos trabalhos na qualidade de delegado, nos moldes previstos na alínea a) do n.º 2 do art.º 6.º do Estatutos da ANMP; Para deliberação.**-----

Foram admitidos 16 boletins de voto.-----

10 votos – António Ramos – efetivo-----

5 votos – Diogo Machado -efetivo-----

1 voto branco – efetivo-----

11 votos – José Machado – suplente-----

4 votos – José Pacheco – suplente-----

1 voto branco – suplente-----

Eleito o Presidente de Junta de Freguesia de Vila Ruiva, António Ramos.-----

9 - **Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023 – Criação de um lugar na carreira de Técnico Superior de Gestão – Relação Jurídica de Emprego Público por tempo Indeterminado; Para deliberação.**-----

Não se registaram intervenções.

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 2 abstenções dos deputados do Partido Socialista.

10 - PRR - Projeto RADAR SOCIAL (durabilidade máxima - 27 meses) - Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023 – Criação de três lugares mediante Relação Jurídica de Emprego Público a Termo Resolutivo. Para deliberação. -----

. 1 (um) lugar de Técnico Superior de Economia/Gestão);-----

. 1 (um) lugar de Técnico Superior de Serviço Social);-----

. 1 (um) lugar de Assistente Técnico. -----

Não se registaram intervenções.

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por unanimidade.

11 - Carta Educativa Municipal – 2023/2033 – Versão Final; Para deliberação. -----

Deputada Helena Lança – analisou o documento e perguntou ao Executivo quais as medidas a desenvolver para tornar pontos fracos em pontos fortes e para transformar ameaças em oportunidades. Apresentou as suas preocupações nas diversas áreas, nomeadamente: decréscimo populacional, emprego – de que forma se está a atrair empresas , incentivar e apoiar os munícipes na criação de emprego, no apoio às pessoas para criação de emprego próprio, que ferramentas estão a ser dadas para que o queiram fazer. Na percentagem de desempregados à procura do primeiro emprego, no facto das mulheres representarem um maior número de desempregados ao nível dos concelhos do Baixo Alentejo, que aposta estará a ser feita na formação de mulheres ou em projetos que as valorizem. Na questão da habitação : qual a política a ser desenvolvida pelo Município tendo em conta a existência de moradias em avançado estado de degradação ou devolutas e a falta de casas para morar, qual o plano para combater este flagelo. Quanto à oferta de berçário e cresce reduzida ou insuficiente, de que forma o Município pode contribuir para melhorar esta oferta. Em relação à educação para adultos, inexistente , e a necessidade de transportes públicos para recorrerem a esta formação noutros locais. No que se refere ao aparente distanciamento entre as empresas e a escola, o que estará a ser feito, tendo em conta que o

documento indica que o objetivo estratégico do Município é contribuir para a criação de projetos e apresentação aos alunos e famílias a partir do 7º ano, das oportunidades educativas, profissionais e de empregabilidade existentes na região. Disse ainda que, a escola tem de se abrir mais à comunidade, o saber tem de andar de mãos dadas com o fazer, criar a ponte entre os alunos e as empresas mostrando o que se faz nas diferentes funções. Concluiu perguntando o que pretende fazer o Município para que haja oportunidades de ficar e morar no concelho. -----

Vereadora Sandra Serrano – esclareceu a deputada partilhando algumas preocupações e dizendo “ todos nós quando trabalhamos nesta Carta Educativa, que já vinha a ser construída há algum tempo com o ISCTE, uma das coisas que foi fundamental na construção do documento, que mais do que conceitos definidos, swot’s feitas, identificação de mil e uma prioridades, a verdade é que esse documento demorou algum tempo a ser feito porque foi muito refletido e discutido. Nesta mesma biblioteca nós tivemos pelo menos duas apresentações desde que eu tomei posse, e na escola, com a Associação de Pais, com as várias instituições, um representante de cada uma das entidades que faz parte do concelho municipal de educação, e de outros que já vinham a construir esta Carta Educativa, e daí estavam também representantes dos empresários, de várias associações locais, e todos nós refletimos sobre cada um desses fatores, não só dos pontos positivos, mas principalmente focamos muito nas dificuldades, nas fraquezas e no que tínhamos menos bom, e como poderíamos fazê-lo. Antes de mais, gostava de tranquilizar a deputada Helena, dizer-lhe que essas estratégias não estão só definidas aí, mas que foram muito amadurecidas e refletidas. A verdade é que muitas vezes o que acontece é que quando estamos todos juntos e envoltos naquela temática sentimos o ímpeto de fazer, de construir e de mudar o mundo, digamos assim, depois cada um volta para a sua vida, para a sua rotina e tudo se desvanece, estou a dizer isto porque, cada vez que nós estamos a organizar as férias desportivas no período de férias fazemos pelo menos duas reuniões com as várias instituições, associações e entidades que fazem parte da rede educativa, nessa primeira parte eles disponibilizam tempo e períodos de tempo para passarem com as nossas crianças e para dinamizarem atividades que vão ao encontro não só das crianças mas também que façam as crianças colocarem-se um bocadinho no papel dos adultos e depois quando chega a altura do verão, geralmente ligam na véspera a dizer que não podem assegurar a atividade, isto é, estamos todos muito envolvidos, mas depois na hora da verdade todos desaparecem. Não vamos desistir, vamos continuar a envolver as várias instituições e associações porque acreditamos que é por aí o caminho. Em relação ao decréscimo dos alunos devo dizer que este ano a direção do agrupamento de escolas estava extremamente contente porque de alguns anos para esta parte, houve um acréscimo no agrupamento de escolas. Este ano temos 494 alunos no agrupamento, e hoje mesmo tive com a educadora Alice que me disse que viriam mais três crianças, isso fez um reforço significativo, não só nas turmas, a ponto de nós termos de pedir a alguns pais para matriculem os filhos do pré-escolar nas freguesias, o que também é bom porque há sempre uma tentativa de os colocar na freguesia mais próxima, em Faro, mas como essas turmas já estão preenchidas, estamos a incentivar os pais, e uma vez que o Município acaba por fornecer o transporte os alunos, fazê-lo para outras freguesias, como por exemplo Vila Ruiva, onde existem menos crianças e temos um polo escolar muito

atrativo . Em relação à Escola Profissional de Cuba também também temos um acréscimo de alunos, e devo dizer que neste momento estamos com saturação, não podemos receber mais alunos. A procura pelo ensino profissional em Cuba tem sido cada vez mais crescente. Em relação ao emprego, eu costumo dizer que não há falta de trabalho, às vezes os rendimentos é que não correspondem às expetativas das pessoas , e por isso acabam por declinar esse trabalho . Nós temos uma parceria com o IIEP e uma técnica do IIEP que faz várias formações e ações de sensibilização para adultos , ajuda os adultos a fazerem um percurso de procura de emprego muito pormenorizado , acompanha-os na elaboração de currículos ,inclusivamente as nossas técnicas no serviço de ação social também dão esse apoio,verificamos que há um conjunto de pessoas que estão na procura ativa de emprego. Em relação à pirâmide etária todos nós sabemos que cada vez somos mais velhos ,também temos algumas medidas, principalmente as juntas de freguesia no sentido de dar um miminho aos pais que têm bebés, no entanto isso só não chega, porque depois toda esta instabilidade social, o metro quadrado por habitação está em valores surpreendentemente elevados e isso acaba por condicionar toda a política de habitação. Nós também sabemos que existem muitas casas degradadas, como sabe, a maioria delas são de particulares, não é fácil ser o Município a tratar, estamos com o processo habitacional sempre em discussão porque é algo que nos está a preocupar , sabemos da procura e da falta de respostas para oferecer. Em relação às competências parentais e de adultos, tem sido muito trabalhado nos vários projetos que o Município apoia ou organiza, nomeadamente através do CLDS ou do Cresce e Aparece, e portanto essas estratégias que estão definidas na Carta Educativa têm sido trabalhadas, mas também devo dizer que esta Carta Educativa pretende ser um documento orientador , está em construção tudo aquilo que podemos fazer ,só é possível fazer se houver muito envolvimento das instituições, nomeadamente as de apoio social, como quando falamos da cresce. Em conjunto poderemos dar respostas mais razoáveis e adequadas às necessidades. É uma questão de trabalhar em conjunto.” -----

Deputada Helena Lança – agradeceu todas as respostas da vereadora embora as considere insuficientes. -----

Presidente Câmara – considerou que a deputado Helena se debruçou sobre o diagnostico do concelho, e os aspetos negativos, lembrando a passagem desta Carta pela Câmara e pela Assembleia nunca havendo propostas por parte dos vereadores ou dos deputados do Partido Socialista para a Carta Educativa. Relembrou a importância do trabalho desenvolvido na área da educação e as metas atingidas para manter ou até superar o número de alunos no concelho. -----

Deputado José Roque – entendeu as preocupações da deputada Helena, e manifestou curiosidade em saber as propostas da mesma a todas as questões que foram levantadas. -----

Deputada Helena Lança – justificou a sua intervenção anterior dizendo que as perguntas colocadas foram feitas em nome de todos os elementos do Partido Socialista. Mostrou a sua disponibilidade para discutir soluções, no entanto, considerou que será competência do Executivo apresentar propostas e resolução dos problemas em questão. -----

Deputado José Roque – considerou que deverá haver contributos de todas as partes. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por unanimidade.-----

II ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Não se registaram intervenções. -----

Terminada a ordem de trabalhos, e não havendo mais nada a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, dos quais, para constar se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e por mim, secretário que a redigi.

A Ata foi aprovada em minuta, por unanimidade, no final da sessão. -----

O Presidente: *João Duarte Oliveira Brito Palma.*

O Secretário: *Ana Isabel Galindo Henriques Borges*

